

## **O ATENDIMENTO À INFÂNCIA RIO-GRANDINA COMO MEDIDA DE SEGURANÇA À POPULAÇÃO DA CIDADE (1900 A 1980)<sup>1</sup>**

Juliana Diniz Gutierrez Borges\*

[lattes.cnpq.br/4620372286527455](http://lattes.cnpq.br/4620372286527455)

**Resumo:** Este trabalho é fruto de uma pesquisa que procurou analisar as práticas de atendimento às crianças de zero a três anos que constituíram possibilidades para a emergência da creche em Rio Grande/RS. O presente artigo foi desenvolvido a partir de aproximações com os estudos foucaultianos e visou analisar como o atendimento extradomiciliar destinado à pequena infância foi sendo configurado como uma medida de intervenção para minimizar riscos sociais. O estudo realiza análise documental de quatro instituições rio-grandinas, delineadas no século XX. No decorrer da análise, destaca os fios de proveniência que se configuraram como condições de possibilidade para a emergência das creches em Rio Grande, enquanto espaços pedagógicos, educadores, formadores de condutas e subjetividades infantis.

**Palavras-chave:** Atendimento; Infância; Medida de segurança.

### **THE RIO-GRANDINA HEALTH CARE AS A SAFETY MEASURE TO THE CITY POPULATION (1900 TO 1980)**

**Abstract:** This work is the result of a research that sought to analyze the practices of care to children from zero to three years that were possibilities for the emergence of day care in Rio Grande/RS. The present article was developed based on approximations with the Foucaultian studies and aimed to analyze how the extradomiciliar care destined to the small childhood was being configured as an intervention measure to minimize social risks. The study carries out documentary analysis of four rio-grandine institutions, outlined in the twentieth century. In the course of the analysis, it highlights the threads of provenance that were configured as conditions of possibility for the emergence of day care centers in Rio Grande, as pedagogical spaces, educators, trainers of conducts and children's subjectivities.

<sup>1</sup> Este artigo é resultante de uma pesquisa financiada pela CAPES.

\* Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Pelotas (Brasil). Contato: [julianadinizg@hotmail.com](mailto:julianadinizg@hotmail.com).

---

**Keywords:** Care; Childhood; Safety measure.

\* \* \*

Este artigo resulta de uma pesquisa que procurou analisar as práticas de atendimento às crianças de zero a três anos que se desenvolveram ao longo do tempo e foram, pouco a pouco, constituindo possibilidades para a emergência da creche no Município do Rio Grande/RS. O presente estudo foi desenvolvido a partir de aproximações com a perspectiva foucaultiana e tem por objetivo analisar o atendimento extradomiciliar destinado à pequena infância, a partir de um recorte histórico compreendido entre as décadas de 1900 e 1980.

Ao olhar para o passado, este estudo procura historicizar determinadas práticas que se materializam em documentos e registros locais. Para tanto, consiste em uma análise bibliográfica e documental, que teve como fonte primária a análise de jornais e documentos institucionais localizados em acervos do Município. Para sustentar a análise, o estudo procura aproximar-se mais da genealogia de Foucault, operando com conceitos centrais do domínio ser-poder.

Para melhor situar o *lôcus* do estudo, tecemos uma breve contextualização do Município do Rio Grande. Este situa-se no extremo sul do Rio Grande do Sul, situado entre a Lagoa Mirim, a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico. Possui área geográfica de 2.709,522 km<sup>2</sup> e estima-se uma população de 207.036 habitantes.

Em seu processo histórico, Rio Grande foi colonizado pelos portugueses açorianos, no século XVIII, sendo inicialmente chamado de Vila do Rio Grande de São Pedro. Somente no século seguinte que recebeu a denominação de Cidade do Rio Grande, momento em que passou a ser também o foco de outras imigrações, que viram na localidade um potencial para desenvolverem suas atividades econômicas.

Torres (2013) pontua que a história da cidade do Rio Grande é marcada por experiências de grande dimensão, porém com durações limitadas. Deste fato, segundo o autor, deriva certa instabilidade social, visto que há momentos em que contingentes populacionais são atraídos em busca de empregos, mas há outros em que esta contingência alimenta “uma periferia precária de uma urbanidade básica”. Esses acontecimentos podem ser considerados uma das condições de possibilidade para as primeiras iniciativas de atendimento aos bebês e às crianças bem pequenas no município do Rio Grande.

Até meados do século XIX, o atendimento à infância na cidade do Rio Grande caracterizou-se por uma fase caritativa. Esta permeou as práticas de assistência realizadas na época também em âmbito nacional. A partir do final da década de 1890, o assistencialismo, tanto no Brasil como em Rio Grande, foi caracterizado por uma outra fase, denominada de filantrópica. Não se tratava mais de uma ação caritativa, mas de uma filantropia científica, fundamentada em princípios higiênicos, considerados como progressistas.

É evidente que essa transição não se deu de forma imediata, mas gradualmente. Considerando isso, o propósito das próximas seções é evidenciar a inserção gradativa do higienismo nas práticas de atendimento às crianças de zero a três anos, a ponto de configurar-se como medida de segurança à população rio-grandina.

### **Casa das Órfãs e desvalidas São Benedito (1900)**

Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio Grande tornou-se um local privilegiado de análise por ser um dos principais núcleos urbanos do Estado que recebia um número elevado de imigrantes e encontrava-se vulnerável a uma série de doenças, pestes e epidemias. Estas doenças, em especial a febre amarela e a varíola, desencadearam uma grave crise nas esferas econômica, política e social desta cidade.

Jornais locais publicados naquela época oferecem um panorama das condições de vida da população, ao noticiarem o caos enfrentado pela cidade:

[...] A epidemia existente na cidade do Rio Grande apresenta-se com o caráter de uma moléstia infecciosa [...] foi se propagando vagarosa, mas invasora, de porta em porta, de casa em casa, de tal sorte que só a rua Francisco Marques oferecia nos meses de abril e maio, uma letalidade de perto de 14 pessoas, dando-se em algumas casas mais de um. [...] O quadro mórbido que vos acabo de expor, só tem um equivalente em nosologia médica, o da febre amarela. Qualquer que seja, porém, o diagnóstico que se lhe queira dar, não resta a menor dúvida de que se trata de uma enfermidade infecciosa, epidêmica, de prognóstico sério, pois que se calcula de 25 a 50% o número de casos fatais e contra a qual acho prudente que nos acautelemos se não a quisermos ter amanhã dentro dos muros desta cidade. 9 de junho de 1900 (*Diário do Rio Grande*, 22/06/1900).

Com o elevado índice de mortalidade existente naquela época, muitas crianças ficaram órfãs. O jornal *Echo do Sul* anuncia essa calamidade, ao noticiar óbitos de pais e mães e conclamar à comunidade rio-grandina que se compadecesse das crianças que ficavam à mercê da orfandade:

Victimada pela varíola sucumbiu esta madrugada, sendo pela manhã dada á sepultura, D. Rosária Gadanha, de nacionalidade italiana, moradora á rua Benjammin Constant n. 58. Aquela senhora era casada e deixa 8 filhos menores, entregues á miséria, pois seu marido vive da venda de bilhetes, lutando contra mil dificuldades [...] (*Echo do Sul*, 29/08/1904).

[...] Theodoro Alves, a vítima infeliz da varíola que a morte arrebatou, deixando seis desgraçadas creanças no mais horrível abandono e atacada do mesmo terrorífico mal [...]. Jamais se reuniram tão estreitamente, em convívio horripilante, como agora, as três origens do infortúnio: miséria, doença e orfandade! (*Echo do Sul*, 13/09/1904)

Frente a essa situação, como medida provisória, foi instalada na cidade do Rio Grande a Casa das Órfãs e desvalidas São Benedito para acolher as crianças que estavam ficando desamparadas. Consideran-

do que há três anos a Roda de Expostos da cidade havia sido extinta, pensou-se então em outra alternativa para atender essas crianças. Assim, “Inaugura-se o Asylo de Órphãs denominado São Benedito. O estabelecimento pio funciona à rua Yatahy 64 e conta já com doze crianças recolhidas é directora Maria Faustina Viana” (*Echo do Sul*, 26/01/1900).

É importante atentar para o fato de que, a partir do momento em que as crianças passam a ser concebidas como parcela de uma população – “a infantil” -, outras relações de governamento vão sendo configuradas. Como menciona Corazza (2000, p.71), inaugura-se uma nova forma política que incorpora a antiga tecnologia de poder pastoral, originada nas instituições cristãs, mas que a amplia por todo o corpo social, “encontrando apoio não mais em uma instituição religiosa, mas numa multiplicidade institucional, do qual fará derivar sua tática individualizante, a um só tempo pastoral e política”.

Um relatório de 8 de outubro de 1901, contido no acervo do Arquivo Municipal traz detalhes sobre essa instituição e pode oferecer elementos importantes para a compreensão dessa nova racionalidade política que se inicia:

A denominação efetivamente adaptada foi a de “Casa das Orphãs e Desvalidas de S. Benedito”, porque, realmente, pretendia-se e pretende-se estabelecer com modos proporcionados e separados, onde tenhamos abrigo as orphãs que não têm amparo paterno e as desvalidas que estão privadas de decorros mais immediatos. A actual casa é, porém de proporções muito exígua e necessário se torna obter recursos para amplial-a. A denominação pela qual o pequeno estabelecimento é geralmente conhecido de “Asylo de S. Benedito” não altera, no entretanto, os fins em projecto e em andamento de “Casa das Orphãs e Desvalidas”, porquanto a realização dos maiores benefícios for-se-ha tão logo como as circunstancias mais prosperas a permittam.

Naquela ocasião, já constavam na instituição quinze meninas com idades entre zero e quinze anos, conforme o relato abaixo:

Assim é que consta actualmente n’este “Asylo” 15 orphãs de menor idade de 15 annos; tendo já encaminhado 3 para

serem educadas em outros estabelecimentos de maiores recursos, mas ainda por conta d'este Asylo, e mais 2, maiores, empregados em casas de família. – Entre as actuais consiste uma de 12 annos, que entrou tão doente e rachitica, que mal podia caminhar e falar: hoje. Mercê de Deos, o seu estado physico é muito outro e já trabalha e estuda, porque, n'esta humilde casa apprende-se tudo quanto é possível apprender-se, em primeiras letras e em serviços domésticos. Uma outra de 6 annos de idade, aleijadinha e paralytica das pernas, já 'vai' melhorando e já apprende alguma coisa, sendo, como é intelligente.

No decorrer do relatório, a ênfase recai sobre o atendimento às crianças menores de três annos.

Uma de 3 annos há poucos dias entrada, foi trazida pela própria mãe, quase cadáver, dizendo que pedia a sua admissão para não ver morrer a filha. O seu estado é tão crítico de desfallecimento completo, que ainda não fala nem caminha. A' esta infeliz criaturinha só a Divina Providência, com a sua Misericórdia poderá dar vida!... Uma outra inocente de um anno, muito doentinha, foi aceita, apezar de não ser orphã porque os seus pobres pais não a podem manter regularmente. E, finalmente, a uma outra de 6 mezes, também doentinha, não era possível negar a caridade, nas tristes circunstancias em que foi apresentada.

Na sequênciã do documento, é feito menção a uma ajuda de custo oferecida pela Intendência Municipal e que foi aplicada aos gastos com medicamentos.

A subvenção que o Asylo tem de receber d'essa digníssima Intendencia, da importância de 500.000 réis, vai ter uma applicação justificada: servirá para ser amortizada a pezada divida que o estabelecimento já tem, de remédios para tantas infelizes, e divida que já monta a' maior valor, em mais de uma pharmacia.

É importante reiterar que no contexto social da época, inaugurava-se um cruzamento do discurso religioso com o discurso científico, que naquele momento avançava significativamente, com "o progresso da física e da química, e da própria bacteriologia, iniciada por Pasteur e Koch, modificando até mesmo as concepções das doenças -

, quando se procura combater os miasmas e os microorganismos, medicar e sanar” (CRUZ, 2001, p.92).

Nesse entrecruzar de discursos e concepções, as práticas caritativas e de benemerência às crianças asiladas ainda assumiam destaque, como registra o relatório da Casa das Órfãs e Desvalidas de São Benedito:

O “Asylo”, tem sobre o seu pobre tecto, uma boa companheira de trabalhos, preta, de 40 e tantos anos de idade, que entrou desvalida, doente, sem recursos, e que hoje não se pode considerar tal, porque já tem prestado e está prestando bons desinteressados serviços ao estabelecimento: o que me é grato communicar. [...] Occórre, ainda, que o Asylo, segundo se vê pela circular inclusa, não se limita a manutenção propriamente das asyladas, que ao mesmo tempo recebem uma modesta instrucção intelectual e domestica como também soccorro, quanto possível, segundo as fracas forças de que dispõe, as pobres externas, inclusive a chamada pobresa envergonhada, em seus tristes anceios de miséria. E esta, infelizmente, é bem conhecida por todos quantos, nas vagas dos seus trabalhos sociais, têm o coração piedoso instigando-os a visita dos albergues das desvalidas, para lá conhecerem quanto dóe, moral e physicamente, a necessidade, a fome, o frio e a doença, dór, enfim, do corpo e da alma! A infrascripta leva mais longe de que deveria estas considerações, porque sabe que falla á um coração já provado na caridade com que tem se dignado proteger o nobel Asylo.

Frequentemente, o jornal local emitia notas que elucidavam críticas à Intendência Municipal, quanto às condições de vida da população desta cidade:

Quando se esperava o declínio espontâneo das epidemias que balanceiam a alma rio-grandense, eis que os elementos de destruição recrudescem assustadoramente, à sombra da revoltante indiferença de todos quantos tem a obrigação imperiosa de zelar pela saúde pública! É tétrico, horrível e inenarrável o que se passa! Enquanto traçamos estas linhas, por entre as comoções que a piedade nos desperta, quantas lágrimas, quantos suspiros doloríssimos, quantas dores, quanto luto vai por esse Rio Grande desolado! (*Echo do Sul*, 12/06/1905).

Esse jornal é incisivo ao relatar que as condições precárias de higiene, os cortiços aglomerados e insalubres, e a ausência de intervenções saneadoras foram condições facilitadoras para a proliferação da varíola nesta cidade, tal como ilustra a publicação a seguir:

As carroças que fazem o serviço de remoção escolheram atualmente para despejo do lixo um lodaçal existente no fim da rua Zalony, além da antiga praça das carretas. Os resultados dessa imprudência far-se-ão sentir inevitavelmente no futuro. Condenada pela ciência a prática de aterrar ruas com lixo, ela não devia ser mantida, máximo numa situação sanitária deplorável como a que atravessamos (*Echo do Sul*, 07/05/1905).

Ao mesmo tempo em que apontava para as ações sanitárias como solução para a cidade, esse mesmo jornal também incentivava os rio-grandinos a buscarem a intervenção divina:

Haverá na próxima sexta-feira uma procissão de preces para que a Misericórdia Divina se compadeça desta população flagelada pela varíola, que tem ceifado tantas vidas preciosas e enlutado inúmeras famílias. O préstimo religioso se deslocará da igreja Matriz, às 5 horas da tarde, figurando neles os andores do Coração de Jesus e de N.S. do Rosário, este carregado pelos respectivos irmãos e aqueles pelas zeladoras do Apostolado da Oração (*Echo do Sul*, 31/01/1905).

Podemos perceber aqui, um desejo de evitar a morte na cidade, porém as causas das doenças recém estavam começando a ser descobertas, assim como as práticas de prevenção necessárias e as medidas para combatê-las. Por esse motivo, as instituições sanitárias aparecem nesse contexto muito mais como fonte de fiscalização do que de cura.

O contexto da época nos ajuda a compreender que as práticas de atendimento às crianças na Casa das Órfãs e Desvalidas de São Benedito, em Rio Grande, combinavam *caridade e filantropia*. Com isso percebemos que não se trata, portanto, de um processo de substituição de uma pela outra. Afinal, práticas caritativas continuam existindo ainda hoje em instituições de atendimento à pequena infância.

Esse fato evidencia que há continuidades históricas e, ao mesmo tempo, ênfases diferentes sobre essas práticas, de acordo com as verdades de cada época. Por isso, no período de virada do século XIX para o XX, vemos que verdades religiosas continuaram norteando as práticas de atendimento às crianças nessa cidade, mas também outras verdades começaram a circular – como as instituídas pela ciência médica e sanitária –, conduzindo os costumes e as atitudes da população em geral, trazendo implicações específicas sobre a população infantil.

De acordo com os registros encontrados, a Casa das Órfãs e Desvalidas de São Benedito foi inaugurada do ano de 1900, sendo possivelmente a primeira instituição de atendimento à infância criada em Rio Grande após a Proclamação da República. Essa nova forma de regência do país entendia que era preciso definir uma política de saúde pública, já que as cidades estavam se expandindo desordenadamente e as doenças se proliferando por toda a parte.

Nesse contexto de ideias de saneamento atrelado ao progresso, a Intendência Municipal buscou o apoio do engenheiro sanitário Saturnino de Brito para a construção de um plano de saneamento para essa cidade. O projeto partia do seguinte lema “sanear para atingir o progresso” e apresentava soluções para a resolução do problema de abastecimento de água e rede de esgotos na cidade.

Contudo, apesar deste momento ter sido de intensos movimentos de higienização em prol da vida, sustentado pela produção de saberes científicos, em 1918, o nível de mortalidade no Município superou o de natalidade. De acordo com Torres (2009, p. 85), naquele momento se registrava “altíssima mortalidade infantil: 670 foi o número de crianças mortas abaixo de 2 anos, ou seja, 48,24% dos nascimentos”.

Ao olhar para esses dados, percebemos a relação de imanência entre os acontecimentos. Partindo do pensamento foucaultiano, podemos dizer que não se trata aqui de uma relação de causa e consequência, nem de uma sucessão ligando práticas separadas. Pelo contrário, percebemos aqui a simultaneidade, a coincidência, a presença

mútua de acontecimentos que compõem essa história. A história não é, portanto, algo calmo que se dê de forma linear onde um acontecimento aparece após o outro, estabelecendo uma grande continuidade. Longe disso, a história se dá através de embates, de tensões, nos conflitos, nos desvios e na dispersão dos acontecimentos.

Compreendendo isso, passaremos a abordar sobre o momento histórico em que a ênfase sobre as práticas de atendimento à pequena infância, em Rio Grande, baseadas na filantropia higiênica adquiriu uma visibilidade ainda maior. Nesse contexto veremos que o saber estatístico, por exemplo, foi colocado em funcionamento como uma potente tecnologia para o gerenciamento dos riscos sociais. Um exemplo disso, foi o mapeamento realizado na cidade do Rio Grande na década de 1930, que conduziu à criação de um dispensário infantil no bairro Cidade Nova para intervir nessa zona considerada, na época, como de risco à população desta cidade.

### **Dispensário infantil Augusto Duprat (1932)**

Como vimos, desde o final do século XIX, a ação sanitária do Estado mobilizou-se a combater as epidemias na cidade do Rio Grande. Médicos sanitaristas, influenciados pelos conhecimentos da bacteriologia e da teoria miasmática, desenvolveram campanhas de higienização da cidade. Dentre as ações empreendidas estavam: o isolamento hospitalar dos doentes e as desinfecções; e ações de melhoria da salubridade do município (CRUZ, 2001).

Nesse outro momento histórico, o corpo da criança passa a ser percebido como “necessário para as novas relações comerciais, para a riqueza econômica, para o novo sistema de crédito, para as possibilidades culturais e artísticas, para a urbanidade, a civilidade, as boas maneiras” (CORAZZA, 2000, p. 70).

Os médicos-higienistas passaram a desenvolver estudos acerca da epidemiologia e indicavam o que deveria ser feito, em termos de

higiene, para combater o proliferamento das doenças na infância. Além disso, a puericultura era considerada como uma forma privilegiada de divulgação de normas racionais de cuidados à infância (KUHLMANN JR., 2011). Essa concepção influenciou as instituições de atendimento à criança pequena até as últimas décadas do século XX, principalmente, no que tange às criações das creches.

Uma das instituições de atendimento à infância criada no município do Rio Grande com traços dessa nova concepção foi o Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat<sup>2</sup>, fundado em 1932.

Figura 1 - Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat (Vista exterior).  
Fonte: Acervo pessoal da diretora da instituição Oscarina Mendes Freitas.



<sup>2</sup> Atual “EMEI Casa da Criança Doutor Augusto Duprat”, situada na rua Bento Gonçalves, 179 – bairro Cidade Nova.

Estando à cargo da Santa Casa do Rio Grande, o Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat constituiu-se em “uma Instituição de assistência sanitária, de proteção á saúde da criança e de amparo á maternidade” (Certidão nº3/1946).

Rodrigues (1985, p. 74) aponta que o fundador desse Dispensário, o Doutor Augusto Duprat, foi:

[...] cientista que por mais de 40 anos se dedicou à Santa Casa como verdadeiro apóstolo [A ele] deve-se em grande parte a evolução do hospital. ‘A nossa Santa Casa, escrevia ele, há muito deixou de ser um mísero albergue onde se dava um lençol, um bocado de pão ao faminto e uma oração à alma do que pedia, à caridade um enxerga onde morrer para se tornar no mais elevado expoente dos nossos foros de povo civilizado

Nessa citação, o médico aparece com um papel fundamental para o progresso. Pode-se dizer que o surgimento do Dispensário Infantil se constitui em uma iniciativa que carrega em si a ideia de uma “intervenção científica”.

Em relatório apresentado pela diretoria da Sociedade Mantenedora do Dispensário, relativo à gestão de 1945, fica claro que a criação desta instituição foi baseada em uma iniciativa do Governo Federal, tal como está expresso a seguir:

[...] O caráter nacional desta instituição que sob feliz inspiração do governo federal foi creada para alívio das necessidades mais vitais das nossas populações pobres, veio trazer á iniciativa particular até então quasi isolada no seu mister, o concurso poderoso do governo á tarefa da assistencia social (*Relatório da Gestão*, 1945).

Trata-se de uma estratégia nacional de gerenciamento dos riscos de vida e de governamento da população infantil brasileira. Nesse contexto, a criança, seu corpo e sua vida se configuraram como um alvo de variados campos do saber. Dentre eles, o da Estatística.

O quadro abaixo, por exemplo, consiste em uma compilação dos dados estatísticos contidos no relatório da gestão. Evidencia o

número de crianças, por idades, ingresso na instituição em 1945, bem como o número de crianças atendidas no ano.

Quadro 1: Estatística de 1945. Fonte: Acervo Municipal.

<b>Sociedade Mantenedora do Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat</b>							
<b>Consulentes ingressados por idades</b>				<b>Consulentes atendidos durante o ano</b>			
<b>Idades</b>	<b>Sexos</b>		<b>Total</b>	<b>Idades</b>	<b>Sexos</b>		<b>Total</b>
	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>			<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	
0 a 1 ano	156	139	295	0 a 1 ano	97	298	395
1 a 2 anos	52	48	100	1 a 2 anos	36	41	77
2 a 3 anos	34	29	63	2 a 3 anos	133	116	249
3 a 4 anos	22	23	45	3 a 4 anos	111	108	219
4 a 5 anos	23	25	48	4 a 5 anos	90	98	188
5 a 6 anos	19	16	35	5 a 6 anos	62	73	135
6 a 7 anos	13	16	29	6 a 7 anos	55	82	137
7 a 8 anos	21	18	39	7 a 8 anos	47	75	122
8 a 9 anos	13	16	29	8 a 9 anos	58	63	121
9 a 10 anos	12	18	30	9 a 10 anos	79	93	172
Acima de 10	61	74	135	Acima de 10	181	275	456
<b>TOTAL</b>	<b>433</b>	<b>415</b>	<b>848</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.049</b>	<b>1.222</b>	<b>2.271</b>

Vale ressaltar aqui que o saber da Estatística se constituiu, a partir da Modernidade, como um campo produtivo para o governa-mento das populações. Por meio dela, foi possível numerar, quantifi-car, analisar, categorizar, agrupar, para melhor intervir e controlar. Ela se configurou, de fato, como um saber operante da racionalidade da época, como se pode depreender neste relato, presente no boletim de informações do Ministério da Educação e Saúde Pública, de 1946, localizado no Arquivo Municipal desta cidade:

O pensamento moderno é notavelmente quantitativo, tanto em procedimento como em resultados. Já não podemos contar com as fórmulas de pensamento que serviram á

humanidade desde Aristóteles até Huxley – baseada nas categorias dialéticas e silogismos. Possuímos uma lógica diferente da dos nossos antepassados – uma lógica baseada nos números (*Boletim de Informações*, 1946, p. 1).

O Quadro 1 é um exemplo de uma descrição estatística da época que, por meio de cálculos quantitativos, expressa a situação do atendimento à infância naquela instituição. Esses cálculos servem para apresentar um panorama do atendimento naquele ano como, por exemplo, que a maior parte (54%) das crianças que ingressou naquela instituição tinha entre zero e três anos.

Podemos perceber também que a partir desses cálculos, que permitiram observar o perfil etário das crianças ingressas, foram planejadas estratégias para atender à população dessa faixa etária de zero a três anos. O Relatório da Gestão de 1945 registra os esforços empreendidos para acrescentar ao Dispensário um posto de puericultura, lactário e berçário. Contando com o apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA), este projeto foi incluído no plano geral estabelecido pelo *Departamento Nacional da Criança*.

Para manter-se em funcionamento, a instituição contava com doações voluntárias e do apoio de indústrias instaladas no município, tal como mencionado a seguir:

Por ato da Benemerita diretoria do Banco do Brasil, recebemos um donativo de cr\$ 10.000.00. Registramos com satisfação também o recebimento do valioso donativo de cr\$ 30.000.00 de parte da família do saudoso conterrâneo Dr. Ernesto Otero, grande amigo de Rio Grande e contemporâneo do nosso patrono Dr. Duprat. Este gesto espontâneo de filantropia da família daquele distinto engenheiro, enche-nos de conforto e gratidão. [...]. Para a instalação do gabinete de Oto-rino-laringologia, recebemos dos nossos benfeitores Industriais de Rennidas Leal Santos S/A, um donativo de cr\$ 7.000.00 (*Relatório da Gestão*, 1945).

Inclusive a distribuição de mamadeiras era proveniente de doações, como as do Observador Naval Norte-americano, Comandante Jess Draper. Outro serviço de mesma relevância era a distribuição da “Sopa Infantil”, que naquele ano, conforme o relatório, “funcionou

normalmente, distribuindo-se 42.000 sopas. Estes serviços foram mantidos graças ao apoio de diversas firmas”.

Figuras 2 e 3 – O preparo e a distribuição da sopa infantil.  
Fonte: Acervo pessoal da diretora da instituição Oscarina Mendes Freitas.



Aqui podemos ver claramente a filantropia como modelo assistencial, fundamentada na ciência. Tal como afirma Kuhlmann Jr. (2011) não se trata de uma prática dominada pela emoção, por sentimentos de simpatia e piedade, mas de uma “organização racional da assistência”.

Esse momento histórico exigiu, então, um deslocamento nas práticas de atendimento à infância em Rio Grande. Haver instituições que acolhessem as crianças, batizassem e as conduzissem para a salvação eterna não era mais o suficiente. Para atender a esse novo contexto político que se instalava na cidade (e no país), necessitava-se de instituições que pudessem cuidar, curar, prevenir e promover a vida dessas crianças.

Podemos estabelecer aqui uma articulação com o que Foucault (1988) chamou de *biopoder*. O cenário que passamos a ter é marcado pela preocupação com a vida biológica (e não mais tanto com a espiritual). O corpo da criança, por exemplo, passa a ser visto como instrumento produtivo de governo, tanto no aspecto individual quanto nos riscos que ele pode trazer para a população. “Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação”. (FOUCAULT, 1988, p. 130).

Tratando-se do Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat, os serviços prestados nessa instituição centravam-se nos cuidados básicos canalizados às crianças, filhas de mulheres trabalhadoras das fábricas ou de casas de famílias (domésticas e faxineiras). As práticas focalizavam a guarda das crianças, o cuidado com a higiene e alimentação. Priorizava-se também os cuidados com a saúde da criança, oferecendo atendimento médico, odontológico, entre outros.

Através dessas práticas, constantemente, o corpo das crianças era examinado, bem como seus hábitos de higiene e suas atitudes. Acontecia tal como o relato de Lockmann e Mota (2013, p. 104):

Seus dentes, olhos, ouvidos, garganta, unhas, a forma como se vestiam, a aparência e limpeza da roupa, dos cabelos, tudo era examinado com minúcia. Após esse exame médico-pedagógico, as crianças eram ensinadas e educadas a cuidar do seu corpo e da sua higiene a fim de que não representassem um mal nem para si, nem para os outros.

Encontramos aqui uma espécie de valorização da vida e do corpo biológico. O poder que antes operava pela morte (FOUCAULT, 1988), se exerce agora sobre a vida. Desse modo, há nesta instituição um certo investimento sobre a vida das crianças, através dos seus corpos, como uma possibilidade de operar as mudanças desejadas na população rio-grandina.

Nesse contexto, aparece o papel preponderante da disciplina associada à biopolítica nessa instituição, com a intenção de “fazer viver” os corpos infantis. Vale salientar que, segundo Foucault (1999, p. 288), essa tecnologia do biopoder “não exclui a técnica disciplinar, mas a embute, a integra, a modifica parcialmente e, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia”. Partindo disso, o Dispensário Infantil encarregava-se (e encarrega-se ainda) da saúde, alimentação e educação dos bebês e das crianças bem pequenas, intervindo para fazê-los viver. Pode-se pensar, portanto, que foi com o entrecruzamento de saberes científicos e pedagógicos, que se buscou racionalizar os problemas vividos pela população rio-grandina no que tange à saúde, higiene, natalidade, entre outros aspectos. Essa influência dos saberes científicos sobre a criança foi tão interiorizada que continua se perpetuando nas práticas contemporâneas de forma que não conseguimos ver as práticas educacionais dissociadas dessas bases.

Na próxima seção, tematizaremos sobre as práticas de atendimento à pequena infância em Rio Grande considerando como recorte histórico o período de 1930 a 1964. Nesse contexto social e político, o atendimento à infância ainda não era tido como um direito das famílias nem das crianças, mas como uma boa ação dos proprietários das fábricas, que estariam livrando os filhos dos operários de se tornarem delinquentes.

### **Creche da Rheingantz (1940)**

Podemos dizer que o ano de 1930 foi um divisor de águas na história do Brasil, principalmente pela aceleração das mudanças sociais e políticas. Esse cenário configurou-se em um terreno fértil para a emergência das

creches no país, pois novas definições legais sobre a assistência e a educação de crianças pequenas começaram a ser introduzidas no cenário nacional. Como exemplo disso, podemos citar a consolidação das Leis do Trabalho que, no artigo 389, determinava que nos estabelecimentos onde trabalhassem pelo menos trinta mulheres, com mais de 16 anos de idade, deveriam dispor de local apropriado para os seus filhos no período de amamentação.

O atendimento às crianças na cidade do Rio Grande também se encontrou no quadro dessas modificações nacionais. Conforme mencionado anteriormente, o processo industrial no Estado do Rio Grande do Sul iniciou pelo Município do Rio Grande quando, em 1873, foi instalada a primeira indústria na região: a Fábrica Rheingantz. Por tratar-se de uma indústria de tecelagem e a creditar-se que a mão-de-obra feminina seria mais adequada, a classe operária dessa fábrica contou com a presença significativa de mulheres.

Seguindo a racionalidade política da época, o complexo industrial urbano criado na Rheingantz objetivava a produção e o disciplinamento da mão-de-obra dos trabalhadores de forma que garantisse o trabalho em grande escala. Concernente a isso, Torres (2013) aponta que:

A disposição espacial das casas dos trabalhadores (casas-empita), dos engenheiros e técnicos (edificadas conforme o estilo arquitetônico de seus países de origem), mostra um plano urbano racionalizado que aproxima o operário de um ambiente permanente de convívio com a fábrica e a produção. As casas foram construídas a partir de 1885, sendo alugadas por baixos valores pela empresa aos operários no sentido de buscar uma disciplina permanente dos trabalhadores. [...] A empresa também se voltou à assistência social através da criação de caixas de socorros, assistência médica, creches para os filhos de operários e surgimento de sociedades beneficentes. Esta série de medidas, buscavam também afastar o operário dos movimentos sindicais de caráter socialista e anarquista, que proliferaram a partir da década de 1890 até a década de 1920.

Desde o primeiro ano de sua fundação, a Fábrica Nacional de tecidos de lan de Rheingantz & Vater, como também era chamada, já anunciava em jornais locais a necessidade de mão-de-obra feminina: “Na Fábrica

Nacional de tecidos de lan de Rheingantz & Vater, precisa-se de mulheres desde a idade de 16 anos para o serviço de tecelagem” (*Jornal Rio Grande*, 16/03/1874).

De acordo com Alvarez (2014, p. 10), “o emprego da mão de obra feminina justifica a preocupação da direção da fábrica pela construção de creches e escola no seu entorno”. Dessa forma, “garantia uma mão-de-obra mais barata, e evitava eventuais faltas ao trabalho por não ter quem tomasse conta dos filhos durante suas jornadas de trabalho”.

A Creche situava-se na Vila Operária e estava a cargo das Irmãs de São José, que prestavam assistência alimentar, higiênica, médica e educacional às crianças pequenas, filhos das operárias da fábrica. Compreende-se, porém, que o atendimento nessa instituição não era considerado como um direito da mulher trabalhadora e de seus filhos, mas como uma dívida dos proprietários da fábrica.

Percebemos a relação dessas práticas com as palavras de Foucault (1979, p. 151), ao dizer que “existe, de fato, um mosaico bastante variado de todos estes ‘trabalhadores sociais’ a partir de uma matriz confusa como a filantropia... O interessante não é ver que projeto está na base de tudo isto, mas em termos de estratégia, como as peças foram dispostas”.

Foucault (1979) ressalta que a prática da filantropia legitimou a intervenção de pessoas que passaram a se ocupar da vida dos outros, de sua saúde, de sua moradia e alimentação. Mais à frente, essas funções se constituíram em instituições e saberes, propagando-se algumas categorias de trabalhadores sociais.

Estabelecendo articulações com o pensamento foucaultiano, entendemos a Creche da Rheingantz como mais uma estratégia de *biopoder* operando na população rio-grandina. A Creche foi estrategicamente construída de forma adjacente à fábrica, nas proximidades da vila operária. Tal iniciativa pode ser entendida como mecanismo de intervenção, baseada numa nova forma de controlar os espaços, o tempo e os corpos dos operários. Essa forma específica de conduzir as condutas dos funcionários da fábrica evidencia um tipo de racionalidade que gerencia, em nome do bem-estar coletivo, a vida dos trabalhadores.

No entanto, durante o regime democrático, compreendido entre 1945 e 1964, muitas empresas faliram em Rio Grande, tais como as do grupo Luiz Loréa, do Frigorífico Swift e da Fábrica Rheingantz. Segundo Ferreira (2013), o fechamento da Creche Rheingantz em 1962 e a desativação da Sociedade de Mutualidade<sup>3</sup> em 1967 foram os dois maiores golpes na comunidade fabril.

Embora o crescimento industrial tenha atraído muitos trabalhadores para Rio Grande, foi também motivador para uma série de problemas sociais quando as indústrias faliram. Em contrapartida, nesse contexto, surgiram investimentos na área da pesca, dando início à instalação de empresas pesqueiras que, de 1960 a 1980, empregaram cerca de 20 mil trabalhadores.

Nesse novo cenário social do Município, foi criada a creche do Centro Educacional Fraternidade, para atender crianças filhas de mulheres que trabalhavam nas fábricas de pescados.

### **Centro Educacional Fraternidade (1962) e outras creches no Município (1980)**

O Centro Educacional Fraternidade foi criado em 1962, para atender à demanda do bairro Getúlio Vargas, que naquele momento era considerado o mais carente do Município. Esse Centro constituiu-se, assim, como uma entidade assistencial, em regime de semi-internato, para minimizar os riscos sociais causados pelo aumento da criminalidade.

O Centro Educacional Fraternidade surgiu a partir de uma iniciativa da Escola Normal Santa Joana d'Arc. De acordo com o levantamento estatístico daquela época, estimava-se que o bairro Getúlio Vargas fosse o mais

---

<sup>3</sup> A Sociedade Mutualidade dos operários da Companhia União Fabril (CUF) foi fundada em 10 de março de 1881 e tinha, dentre suas atribuições, gerir fundos de auxílio aos trabalhadores. A partir dos anos 1950, passou a funcionar também como cooperativa, na qual os funcionários da empresa podiam adquirir produtos como botijões de gás, tecidos, calçados, etc. Todas as compras eram repassadas ao setor de departamento pessoal da empresa para que fosse feito o devido desconto na folha de pagamento do trabalhador (FERREIRA, 2013, p. 70).

pobre de Rio Grande e, por esse motivo, foi escolhido como local para a realização do trabalho.

Cabe aqui tecer algumas reflexões sobre as formas como a pobreza foi entendida no decorrer do tempo até chegar à concepção presente no discurso dessa instituição. De acordo com Foucault (1979, p. 94), “foi somente no segundo terço do século XIX, que o pobre aparece como perigo”. Antes disso, a existência da pobreza não era questionada nem vista como um problema social. Pelo contrário, por meio da dor e do sofrimento, ela era concebida como um meio de salvação eterna (FOUCAULT, 2010). Pode-se dizer, então, que foi com a emergência dos discursos sanitaristas que o pobre e sua condição de vida foram tidos como prejudiciais à sociedade. Nesse momento, pelo discurso médico higienista, diagnosticou-se a pobreza como foco de doenças e, pelo discurso jurista, também como proliferadora dos desajustes sociais e da criminalidade.

Seguindo essas ideias preponderantes na época, a partir de uma reunião realizada em 10 de agosto de 1962, fundou-se em Rio Grande o “Centro Educacional Santa Joana d’Arc”. Quatro anos mais tarde, foi doado pela Prefeitura do Município um terreno no bairro Getúlio Vargas, situado ao lado da escola Alcides Barcelos. Nessa ocasião foi inaugurada a sede própria da instituição, passando a chamar-se de “Centro Educacional Fraternidade”.

Nos primeiros anos de funcionamento, o trabalho desenvolvido na instituição teve como público-alvo moças e mães residentes no bairro. O Relatório da Diretoria de 1970 relata como foi essa proposta inicial:

O Centro Educacional Fraternidade, de início atendida principalmente moças e mães de família que aprendiam, através de cursos de corte e costura, arte culinária, remendos e cerzidos e também flores, enfim tudo que fosse útil para se promoverem na sociedade [...]”. (*Relatório da Diretoria*, 1970)

Sendo uma proposta característica dos “tempos modernos”, essas primeiras práticas que nortearam a instituição sugeriam “um ensino *científico e racional* para a *perfeita* dona de casa. O domínio de um saber-fazer doméstico, fundamentado em processos científicos, tornaria essas mulheres preparadas para assumir, com competência, os papéis que lhes eram

reservados na sociedade: esposa e mãe” (ARRUDA, 2011, p. 127). Mais tarde, quando o Centro Educacional passou a atender crianças e adolescentes, esse princípio continuou permeando as práticas educativas direcionadas às meninas, como veremos mais à diante.

Depois de contextualizar o propósito inicial do Centro, o mesmo Relatório da Diretoria evidencia a nova diretriz que passou a nortear o trabalho, priorizando agora o atendimento específico ao menor<sup>4</sup>: “O objetivo do Centro Educacional Fraternidade é promover e atender os necessitados do bairro, recuperando-os social, cultural e economicamente, por meio do trabalho de autoajuda”. (*Relatório da Diretoria*, 1970)

É possível perceber que a proposta desta instituição emerge de uma racionalidade política que busca gerenciar os riscos da população, nesse caso, a criminalidade. Tomando a pobreza como fonte de risco à população, a filantropia aparece nesse contexto pelo viés da assistência científica, conforme Kuhlmann Jr (2011). Seguindo essa análise, o autor aponta três eixos dessa organização racional da assistência, os quais serão transcritos a seguir:

[...] a desobrigação do Estado paralelamente ao fortalecimento das entidades privadas, defendendo um atendimento fracionado em múltiplas instituições, atribuindo ao Estado um papel de supervisão e subsídio às entidades; a proposição de um ‘método’ para arbitrar quais seriam os contemplados com os atendimentos [...]; e a caracterização preconceituosa da população pobre, atribuindo um papel educativo à assistência, a fim de evitar as lutas de classes (KUHLMANN JR., 2011, p.24).

Estabelecendo algumas aproximações com esses eixos elencados pelo autor, percebemos que, embora a intenção inicial do Centro Educacional Fraternidade tenha sido manter-se do trabalho voluntário de estudantes da escola Joana d’Arc, em seguida passou a depender das verbas públicas para o seu sustento. Naquele contexto, o Centro Educacional

---

<sup>4</sup> Escolhemos utilizar o termo “menor” para fazer referência à concepção presente na época. Entretanto, é importante ressaltar que, após a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), esse termo foi substituído pelas palavras “criança e adolescente”, reconhecendo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos.

Fraternidade recebeu o certificado para fins filantrópicos e para Título de Utilidade Pública Federal. Tal fato reitera o que Kuhlmann Jr. (2011) destacou como um dos eixos da assistência científica.

O segundo eixo da assistência científica, “a proposição de um ‘método’ para arbitrar quais seriam os contemplados com os atendimentos (KUHLMANN JR., 2011, p.24), pode ser localizado no decorrer do Estatuto de 1979. O documento pontua que o atendimento passou a ser oferecido àqueles encaminhados pelo Juizado. Concernente a isso, é pertinente destacar que, naquela ocasião havia sido promulgado o segundo Código de Menores (BRASIL, 1979). Com essa legislação “o problema da infância e da adolescência era simplificado em menor pobre, abandonado, delinquente, situação irregular, assistencialismo e controle estatal, representado, este, pela figura do todo-poderoso Juiz de Menores”. (KAMINSKI, 2001, p. 6)

Nessa conjuntura, a proposta de trabalho do Centro Educacional Fraternidade passou a encarregar-se da educação de crianças e adolescentes, ensinando-lhes a reconhecer as regras, os limites, sobretudo à obediência, visando a formação de um sujeito moral. Essa proposta é parte integrante da racionalidade da época, que visava à civilidade e o progresso. Por esse motivo, eram desenvolvidas atividades profissionalizantes, tais como: trabalhos em corda e tricô à máquina, para as meninas, e para os meninos cursos de restauração de bicicletas, conserto em aparelhos eletrodomésticos e confecção de tamancos. Para ambos, havia cursos de confecção de bolsas e sacolas em fio de nylon; confecção de redes de nylon para pesca; confecção de capacho de corda e tapetes; fabricação de vassouras de palha e piaçava. Essa proposta de ensinar uma profissão, de certo modo, reafirma o que Kuhlmann Jr (2011, p. 24) destacou como terceiro eixo da assistência científica: “a caracterização preconceituosa da população pobre, atribuindo um papel educativo à assistência, a fim de evitar as lutas de classes”.

Com base nessa nova proposta de trabalho, o Estatuto de 1979 passou a definir o Centro Educacional Fraternidade da seguinte forma: “é de caráter educativo, beneficente, profissional e de assistência social. Tendo

por finalidade a formação integral do menor carente, ministrando cursos de iniciação profissional, a fim de impedir a sua marginalização”.

Como proposta anunciada no Estatuto, houve nova ampliação do atendimento com a instalação de uma creche, em 1980. Naquela ocasião, a creche iniciou atendendo a faixa etária de dois a seis anos. E, em 1981, passou a incluir o berçário, atendendo também a faixa etária de zero a dois anos. Um excerto do Relatório da Diretoria de 1980 evidencia com clareza esse propósito da instituição:

Dando maior ênfase neste trabalho de promoção humana, foi resolvido pela Diretoria, estender o atendimento às crianças de menor idade, com a implantação de uma creche, dada a necessidade devidamente constatada, de que muitas mães que trabalham nas fábricas (principalmente de pescado, porque é o maior mercado de trabalho do Município) ou em casas de família não tenham onde deixar os filhos, pois um número bem expressivo de menores ficam em casa fechados, sendo cuidados pelos mais velhos, na maioria das vezes, com cinco ou seis anos (*Relatório da Diretoria*, 1980).

Observando essa ampliação do atendimento, entendo que a construção da creche pode ser considerada como uma estratégia de intervenção para agir sobre possíveis causas do problema da marginalização no bairro Getúlio Vargas. Percebeu-se que o investimento apenas com a recuperação de crianças e adolescentes não era o suficiente. Era necessário agir antes que fossem totalmente abandonados, antes que tivessem total carência material, afetiva, intelectual, antes que chegassem à marginalização. Daí a necessidade de atendimento começando com os bebês e as crianças bem pequenas nas creches, pois nesse contexto “a infância considerada em perigo e perigosa ganha visibilidade política e econômica, como o futuro da Nação” (LEMOS, 2012, p. 55).

A partir dessa iniciativa de criação da creche, e em parceria com a Fundação de Bem-Estar do Menor (FEBEM), o Centro Educacional Fraternidade de Rio Grande estendeu-se em mais seis núcleos de CEBEM (Centro de Bem-Estar do Menor), atendendo à demanda de outras zonas periféricas e carentes da cidade. Com isso, foi instalada também uma creche no Centro Social Urbano da Hidráulica e outra no núcleo da CEBEM

no Cassino, ambas criadas para atender crianças desde recém-nascidas até os seis anos de idade.

Esse projeto de atendimento mais amplo, abrangendo o Município como um todo, vinculava a proposta da instituição mais uma vez à noção de progresso e produtividade da cidade. Embora, inicialmente, as ações tenham sido delimitadas ao bairro Getúlio Vargas, percebe-se um investimento em atividades que pudessem atingir a comunidade rio-grandina e seus problemas como um todo, atendendo carências de ordem cultural, econômica e social. Para contemplar as carências culturais, foi proposto um curso de alfabetização de adultos, creche e jardim-de-infância para as crianças. Para as carências econômicas, foram propostos cursos que contribuíssem com a economia do lar, tais como: corte e costura, tricô e bordado; e para os problemas de saúde, existia uma secretaria de enfermagem.

As ações citadas acima expressam uma tentativa de intervenção sobre a população para promover a vida. Revelam também que, para alcançar esse propósito, agir sobre a infância rio-grandina tornava-se fundamental.

Assim, entendemos que as estratégias de atuação do Centro Educacional Fraternidade foram se modificando no decorrer do tempo, com base nas concepções de infância que foram sendo dispostas. Como pontuamos a instituição partiu de uma concepção ampla de atender “os necessitados do bairro”, para uma perspectiva delimitada, “o menor delinquente”, para posteriormente, “o menor como futuro da nação”. Tais concepções demonstram como as práticas de atendimento à infância nessa instituição foram engendradas pela visibilidade política e econômica dadas às crianças.

### **Para finalizar...**

Nosso intuito no decorrer deste artigo foi discorrer sobre aspectos históricos de instituições de atendimento voltadas aos bebês e crianças

bem pequenas no Município do Rio Grande, operadas como estratégia de controle dos riscos sociais.

Essa concepção, tal como procuramos demonstrar no decorrer do texto, começou a se firmar após a Proclamação da República, momento em que o país vivia a instauração de um novo período histórico: a Primeira República (1889 a 1930).

Partindo desse recorte histórico, apontamos um deslocamento nas formas de atendimento à infância na cidade do Rio Grande, caracterizado por uma transição da fase caritativa para uma fase de assistencialismo filantrópico. Contudo, apesar deste momento ter sido de intensos movimentos de higienização em prol da vida no país, em geral, e no Município do Rio Grande, em particular, os acontecimentos demonstram que a história não acontece de forma linear e contínua, nem mesmo em uma relação de causa e consequência. Procurando evidenciar o disparate da história, em seus conflitos e confusões, foi que destacamos que, mesmo se tratando de um período sustentado pelos avanços da ciência em termos de saúde e condições de vida, a taxa de mortalidade superou a de natalidade no Município. Este é um dos eventos que ilustram a dispersão dos acontecimentos e a não linearidade da história.

Por outro lado, estando influenciadas pelos novos saberes apregoados naquela época, as instituições de atendimento à infância rio-grandina também foram pouco a pouco incorporando concepções higiênicas em suas práticas. Para evidenciar esse processo de transição, enfatizamos o atendimento prestado na Casa das Órfãs e desvalidas São Benedito, procurando destacar que as práticas de atendimento às crianças nessa instituição combinavam caridade e filantropia, engendradas pelas verdades religiosas, que permaneciam, e as verdades científicas, que começavam a circular.

O segundo recorte histórico destacado no estudo, que compreende o período da Segunda República (1930 a 1964), evidencia o momento em que o atendimento à infância rio-grandina como medida de segurança à população ganhou força. No início desse período, a ação sanitária do Estado, que se mobilizava a combater as epidemias na cidade do Rio Grande, intensificou suas práticas no que tange ao atendimento às crianças

pequenas. Como procuramos evidenciar no decorrer da análise, uma das instituições de atendimento à infância criada no Município do Rio Grande com traços dessa nova concepção foi o Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat. Nesse contexto, essa instituição de atendimento à infância aparece como lugar de cuidado, higiene e cura, enfatizando uma preocupação com a criança enquanto ser biológico. Assim, podemos encontrar aqui uma outra forma de proveniência das práticas de atendimento à pequena infância na cidade do Rio Grande, agora caracterizada como uma medida de intervenção para minimizar os riscos da população por meio de uma filantropia racional e científica.

Nesse entrecruzar de acontecimentos e práticas, acompanhando a racionalidade política do país, podemos evidenciar que a década de 1940 se consolidou como uma porta aberta para a emergência das creches em Rio Grande. Sendo pioneiro no processo industrial do estado e também da inserção das mulheres no trabalho fabril, o cenário instaurado na cidade configurou condições de possibilidade para a entrada em cena das creches no Município. Nessa conjuntura, as práticas de atendimento na Creche da Rheingantz foram citadas neste trabalho como mais uma estratégia de governamento operando na população rio-grandina, criada agora como uma nova medida de controlar os espaços, o tempo e os corpos dos operários.

Durante o Período Militar, porém, Rio Grande sofreu intensas modificações nesse cenário industrial. Com o fechamento de muitas fábricas, a população rio-grandina viu nas atividades de pesca uma fonte potente para a economia do Município. Assim, nesse novo cenário social que se instalava nesta cidade e, visando atender, prioritariamente, os filhos de mulheres que trabalhavam nas fábricas de pescados, foi criada a creche do Centro Educacional Fraternidade, potencializando a abertura de outras creches em diferentes localidades desta cidade. Naquele contexto o atendimento à infância ainda não era considerado como um dever do Estado e, dessa forma, este ocupava-se em conceder subsídios a entidades privadas, desobrigando-se dessa incumbência.

Muito mais do que olhar para a história simplesmente pelo passado, a pesquisa da qual este artigo resulta se movimentou como um exercício de pensar o presente. Sobre isso, queremos aqui lançar alguns

questionamentos como forma de problematizações para o presente: Por que, numa época como a nossa, podemos visualizar práticas de atendimento à infância associadas ainda ao assistencialismo? De que forma, as novas práticas de cuidado/educação como ações indissociáveis estão evidenciadas nos documentos nacionais que visam regulamentar o atendimento às crianças de zero a três anos? Que efeitos a proliferação desses documentos produzem sobre a vida das populações infantis? Como esses investimentos, materializados nos documentos nacionais, tem trazido implicações no cotidiano das Escolas de Educação Infantil na cidade do Rio Grande?

Com essas indagações não estamos estabelecendo juízos de valores entre certo e errado. O que queremos é demonstrar que as práticas que são desenvolvidas no interior das instituições de atendimento às crianças de zero a três anos são produzidas socialmente e que, por isso podem ser problematizadas e repensadas.

\* \* \*

## Referências

- ALVAREZ, M. De Bairro Operário à Zona Comercial e Universitária: transformações na paisagem da Av. Rheingantz e de seu complexo Industrial. In: 3º COLÓQUIO IBERO AMERICANO, Belo Horizonte, 2014. *Anais...* Belo Horizonte, p. 1-14.
- ARRUDA, M. *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)*. 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- BRASIL. Lei Federal nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Código de Menores. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1979.
- CORAZZA, S. M. E os pequeninos, Senhor? Inocência e culpa na pastoral educativa. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.25, n.1, dez-jan/jul 2000. p. 59-92.

- CRUZ, G. A Higienização da Cidade: Rio Grande no final do século XIX. *Biblos*, Rio Grande, 2001. p. 91-104.
- FERREIRA, M. L. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. *Horizontes antropológicos*. v.19, n.39, Porto Alegre, Jan./Jun. 2013.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1999. p. 285-315.
- KAMINSKI, A. K. *O Conselho tutelar no estatuto da criança e do adolescente*. Repertório IOB de Jurisprudência. São Paulo: n. 7, Caderno 3, abr. 2001.
- KUHLMANN JR., M. *Infância e educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- LEMONS, F. Práticas de governo das crianças e dos adolescentes propostas pelo UNICEF e pela UNESCO: inquietações a partir das ferramentas analíticas legadas por Foucault. *Psicologia & Sociedade*, 2012, p. 52-59.
- LOCKMANN, K.; MOTA, M. R. A. Práticas de assistência à infância no Brasil: uma abordagem histórica. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013, p. 76 – 111.
- RODRIGUES, S. *Santa Casa do Rio Grande: a saga da misericórdia*. Rio Grande: FURG, 1985.
- TORRES, L. H. Rio Grande, 1918: A mortalidade supera a natalidade. *Biblos*, Rio Grande, 2009, p.79-90.
- TORRES, L. H. *A herança histórica de Rio Grande*. Jornal Zero Hora, Porto Alegre: 2013.

### **Jornais pesquisados**

- DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande. Edições de 1874 e 1900.
- ECHO DO SUL. Rio Grande. Edições de 1900, 1904 e 1905.

### **Documentos pesquisados**

- RELATÓRIO da Diretoria da Casa das Orphãs e Desvalidas de S. Benedito. Rio Grande, 1901.
- RELATÓRIO da Gestão do Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat. Rio Grande, 1945.

---

CERTIDÃO nº3/1946 Departamento Estadual de Saúde. Rio Grande, 1946.

RELATÓRIO da Companhia União Fabril, Rio Grande, 1940.

RELATÓRIO da Diretoria do Centro Educacional Fraternidade. Rio Grande, 1970.

ESTATUTO do Centro Educacional Fraternidade. Rio Grande, 1979.

Recebido em 02 de julho de 2019.  
Aprovado em 02 de outubro de 2019.